DESENVOLVIMENTO SOCIOAMBIENTAL NO NORDESTE BRASILEIRO: HORIZONTALIDADES COMO ESTRATÉGIA PARA SUPERAR DESAFIOS REGIONAIS

**Nájila Medeiros Bezerra[[1]](#footnote-1)**

**Jose Irivaldo Alves Oliveira Silva [[2]](#footnote-2)**

**Resumo**

Esta pesquisa analisa o papel das abordagens horizontais no contexto do desenvolvimento socioambiental no Nordeste brasileiro, destacando sua importância como estratégia para enfrentar os desafios regionais. Sabe-se que a região enfrenta desigualdades socioeconômicas persistentes, vulnerabilidade ambiental e limitado acesso a serviços básicos (Carvalho e Torres, 2018). Neste contexto, indaga-se: como as abordagens horizontais podem ser eficazes para promover o desenvolvimento socioambiental no Nordeste brasileiro e superar os desafios regionais, considerando as dinâmicas socioeconômicas locais e as necessidades das comunidades? Através de estudos de caso, este artigo busca analisar exemplos de iniciativas, como cooperativas agrícolas e organizações comunitárias e identificar seus benefícios na promoção da justiça social, resiliência comunitária e fortalecimento da democracia participativa. Apesar dos desafios e limitações, como resistência institucional e necessidade de capacitação, argumenta-se que políticas públicas que incentivem e fortaleçam as abordagens horizontais são essenciais para alcançar um desenvolvimento socioambiental sustentável na região (Sauer, 2018). Ressalta-se a necessidade de uma maior colaboração entre governo, sociedade civil e setor privado para criar um ambiente propício à implementação de estratégias horizontais e superar os desafios regionais no Nordeste.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento socioambiental. Abordagens horizontais. Nordeste.

SOCIO-ENVIRONMENTAL DEVELOPMENT IN THE BRAZILIAN NORTHEAST: HORIZONTALITIES AS A STRATEGY TO OVERCOME REGIONAL CHALLENGES

**Abstract**

This research analyzes the role of horizontal approaches in the context of socio-environmental development in the Brazilian Northeast, highlighting its importance as a strategy to face regional challenges. It is known that the region faces persistent socioeconomic inequalities, environmental vulnerability, and limited access to basic services (Carvalho and Torres, 2018). In this context, it is questioned: how can horizontal approaches be effective in promoting socio-environmental development in the Brazilian Northeast and overcoming regional challenges, considering local socioeconomic dynamics and the needs of the communities? Through case studies, this article seeks to analyze examples of initiatives, such as agricultural cooperatives and community organizations, and to identify their benefits in promoting social justice, community resilience, and strengthening participatory democracy. Despite the challenges and limitations, such as institutional resistance and the need for training, it is argued that public policies that encourage and strengthen horizontal approaches are essential to achieving sustainable socio-environmental development in the region (Sauer, 2018). It is emphasized the need for greater collaboration between government, civil society, and the private sector to create an environment conducive to the implementation of horizontal strategies and to overcome regional challenges in the Northeast.

**Keywords:** Socio-environmental development. Horizontal approaches. Northeast

1. Introdução.

Durante o período decisivo da formação brasileira, a História do Brasil foi a história do açúcar; também foi a história do algodão, do café e dentre outros. Na história do Nordeste, sobretudo, permaneceu a ideologia do atraso, da seca, da fome e da miséria. A questão Nordeste tem o seu desenvolvimento deficitário devido à expansão capitalista proveniente do Sudeste.

Ao longo dos anos, o Nordeste foi enraizado em estereótipos, em preconceitos, em um crescimento desigual, acentuando as diferenças de classes, e, sobretudo, em desigualdades entre regiões, associadas aos diferentes níveis de desenvolvimento tecnológico, social, cultural e histórico. A literatura sempre explica diversos pontos negativos sobre a região. É nessa tônica que a mídia representa o Nordeste mundialmente: uma região subdesenvolvida.

Apesar de tudo, a literatura e as artes nordestinas desempenharam um papel crucial na desconstrução desses estigmas, por meio de expressões musicais, culinária, festividades e o turismo. A evolução dessa imagem, ao longo dos anos, reflete a resiliência do povo Nordestino em redefinir a sua identidade e desafiar narrativas antigas e limitadas.

De acordo com o Censo 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Nordeste é caracterizado por algumas particularidades em termos de população, economia, infraestrutura e aspectos sociais. O Nordeste é a segunda região mais populosa do Brasil, com aproximadamente 57 milhões de habitantes, representando cerca de 27% da população brasileira. O que se observa é que a migração interna tem diminuído, com mais pessoas permanecendo na região, em comparação a anos anteriores.

Sabe-se que a economia do Nordeste é diversificada, mas ainda enfrenta desafios significativos em relação ao desenvolvimento econômico, com altos índices de pobreza e desigualdade de renda, apesar dos avanços em programas sociais e investimentos públicos. O histórico nordestino vem desde o processo de independência e transição ao capitalismo, sobretudo durante o ciclo econômico do café e período de industrialização que se iniciou nos anos 30, de modo a beneficiar, econômica, política e culturalmente, a região Sudeste, tornando a região Nordeste a sua dependente.

Através dos tempos, apesar da infraestrutura em desenvolvimento, com melhorias em áreas como transporte e energia, ainda há desafios em termos de saneamento básico e acesso à água potável, especialmente em áreas rurais. Nesse caminho, questiona-se: como as abordagens horizontais podem ser eficazes para promover o desenvolvimento socioambiental no Nordeste brasileiro e superar os desafios regionais, considerando as dinâmicas socioeconômicas locais e as necessidades das comunidades?

É fato que os movimentos sociais são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Sendo assim, as abordagens horizontais, que enfatizam a participação, a colaboração e a integração entre diferentes setores e atores, podem ser eficazes para a promoção do desenvolvimento socioambiental no Nordeste brasileiro, uma vez que envolvem a participação ativa das comunidades locais na tomada de decisões.

Busca-se, nesta pesquisa, a identificação dos principais impactos positivos das abordagens horizontais, como o fortalecimento da coesão social, aumento da participação comunitária, melhoria dos indicadores socioeconômicos locais e preservação dos recursos naturais; analisar os desafios e obstáculos encontrados pelas iniciativas horizontais, incluindo resistência institucional, falta de recursos financeiros, limitações de capacidade técnica e barreiras culturais.

Ainda mais, o presente estudo caracteriza-se como descritivo, tendo como método o dedutivo e com uma abordagem qualitativa. De um lado, buscar-se-á fazer uma investigação abrangente sobre a convergência entre a teoria do desenvolvimento regional e da contribuição das horizontalidades para o desenvolvimento, destacando a importância de compreender como as abordagens horizontais podem contribuir para superar os desafios socioambientais na região do Nordeste brasileiro

A pesquisa realizará uma revisão abrangente da literatura existente sobre desenvolvimento socioambiental, abordagens horizontais e desafios específicos enfrentados pelo Nordeste brasileiro.

No presente estudo, utilizar-se-à, quanto aos procedimentos, uma pesquisa bibliográfica. Nesse sentido, o modelo de pesquisa a ser adotado será interdisciplinar, envolvendo Sociologia, Planejamento urbano, Desenvolvimento Regional e matérias envolvendo abordagens horizontais. Ademais, o estudo utilizará os procedimentos técnicos de coleta de dados a partir de doutrinas, artigos científicos, revistas jurídicas e sítios virtuais.

2. IMPACTOS E DESAFIOS DAS ABORDAGENS HORIZONTAIS NAS DINÂMICAS SOCIOAMBIENTAIS REGIONAIS.

O desenvolvimento socioambiental é um conceito que integra aspectos sociais, econômicos e ambientais em uma abordagem holística para promover o progresso sustentável de comunidades e regiões. Ele reconhece a interdependência entre as dimensões social e ambiental, buscando equilibrar o crescimento econômico com a justiça social e a preservação do meio ambiente.

Nesse caminho, as abordagens horizontais têm um impacto direto nas dinâmicas socioeconômicas regionais, influenciando a distribuição de renda, a geração de empregos, a diversificação econômica e o desenvolvimento de cadeias produtivas locais. Ao promover a participação comunitária e o empoderamento local, essas abordagens contribuem para uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento e para o fortalecimento da economia regional. Santos e Silveira (2001), explicam que:

No atual estágio do desenvolvimento capitalista, percebe-se que a apropriação do espaço nas diferentes regiões, ou seja, sua territorialização, tende a resultar de um processo caracterizado por uma verdadeira “privatização e corporativização do território”, na medida que as empresas globais ainda assumem um papel de forte hegemonia (SANTOS E SILVEIRA, 2001).

A globalização, em seu contínuo crescimento, determina a localização do desenvolvimento, em sua maioria, desconsiderando as realidades locais. “A globalização é um processo vinculado ao território, na medida que condiciona a dinâmica econômica de territórios-regiões-cidades-lugares e, por sua vez, se vê afetado pelo comportamento dos atores locais” (Méndez, 2002)

Abordagens horizontais envolvem a participação ativa das comunidades locais na tomada de decisões e não particularmente eficazes em contextos de desenvolvimento sustentável, justiça social e gestão de recursos naturais. “A experiência se recria cotidianamente, na adversidade de situações que enfrentam. Concordamos com antigas análises de Touraine, nas quais afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade” (Gohn, p. 3, 2010)

Impacta, portanto, nas dinâmicas socioeconômicas regionais, influenciando a distribuição de renda, a geração de empregos, a diversificação econômica e o desenvolvimento de cadeias produtivas locais. Ao promover a participação comunitária e o empoderamento local, essas abordagens contribuem para uma distribuição mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento e para o fortalecimento da economia regional.

É nessa perspectiva que se observa a essencialidade das horizontalidades, pois “trata-se, aqui, da produção local de uma integração solidária, obtida mediante as solidariedades horizontais, cuja natureza é tanto econômica quanto social e cultural” (SANTOS, 2015, p. 110).

Fortalece-se o principal objetivo das horizontalidades: unir os sujeitos a um pleito comum, o de permanecer no seu lugar, não deixar a terra e deslocar-se para a cidade. É dar voz ao titular do direito, aflorando o sentimento de pertencimento à região, envolvendo a equidade, inclusão, qualidade de vida e participação comunitária. “Este fenômeno atende à necessidade de colocar os trabalhadores como atores do processo de decisão, o que provoca a ruptura do isolamento desses sujeitos” (Carvalho e Torres, 2015, p. 90)

A abordagem regionalista do desenvolvimento, apesar de seu potencial para promover o desenvolvimento socioambiental, enfrentam uma série de desafios que podem limitar sua eficácia e sustentabilidade. Entre esses desafios, destacam-se a resistência institucional, a falta de recursos financeiros, as limitações de capacidade técnica e as barreiras culturais.

2.1 Horizontalidades: Definição e exemplos de estratégias horizontais em contextos similares

Nas regiões do Brasil onde o agronegócio impõe a técnica global ao qual representa, tem ocasionado movimentos entre os agricultores, levando-os a “(...) elaborar mecanismos de ação e resistência às influências que as verticalidades imprimem no lugar, sendo a mobilização, o associativismo e o permanente debate entre sujeitos, os principais instrumentos de luta” (Carvalho e Torres, 2015, p. 75).

A globalização apropria-se, de forma vertical, dos lugares onde apresentam melhores condições para a instalação de negócios sem considerar as realidades locais, que foram construídas e constituídas através dos tempos. “Dessa forma, as técnicas globais se lançam em controle não só do território que se instala, mas também dos mecanismos econômicos e políticos, passando a exercer o papel de árbitro que decide a seu favor” (Carvalho e Torres, 2015, p. 78).

A conduta de impor negócios em um determinado local (ontem, a imposição de usinas de açúcar, a revolução industrial; e, hoje, com o agronegócio), em nome de um desenvolvimento, obedecendo ordens de agentes externos e modificando as estruturas sociais e organizacionais, degradam o meio ambiente e repetem o passado: uso exploratório da terra, subemprego e trabalho assalariado. Santos (2015, p. 10-20) assevera que:

Para maior parte da humanidade a globalização está se impondo como uma fábrica de perversidade. O desemprego crescente torna-se crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida. O salário médio tende a baixar. A fome e o desabrigo se generalizam a todos os territórios.

É certo que a verticalidade impõe técnicas globais e dispõem de aporte financeiro, político e jurídico que legitimam as suas ações. É nesse caminho que as horizontalidades oferecem a perspectiva da participação cidadã da população, por meio do debate sobre os problemas que recaem em sua região.

Carvalho e Torres (2015, p. 87-88) complementam que “as horizontalidades tornam claras as possibilidades e a necessidade de resistência às verticalidades”, uma vez que

(...) os lugares podem se fortalecer horizontalmente, reconstruindo, a partir de ações localmente constituídas, uma base de vida que amplie a coesão da sociedade civil, a serviço do interesse coletivo. (Santos, 2006, p. 194)

Importante reforçar que o território não é um dado neutro, sem vida, “(...) nem um ator passivo. Produz-se uma verdadeira esquizofrenia, já que os lugares escolhidos acolhem e beneficiam os vetores da racionalidade dominante mas também permitem a emergência de outras formas de vida. Essa esquizofrenia do território e do lugar tem um papel ativo na formação da consciência” (Santos, 2015, p. 80).

2.1 Breve introito sobre o desenvolvimento regional no Nordeste

Durante um período decisivo na formação brasileira, a História do Brasil foi a história do açúcar, fincadas na terra de massapê, de barro, de argila e de húmus. Nelas, lançaram-se os melhores engenhos de açúcar. “Sobre elas que tanto luso-brasileiro, tanto preto, tanto caboclo, tanto mulato morreu em luta com os invasores louros”.

O conceito de Nordeste é relativamente novo no Brasil, uma vez que, durante o Império e a Primeira República, os Estados eram divididos geograficamente, de modo que o Nordeste era chamado de Norte e havia o Sul. “Esta divisão regional levava em conta sobretudo as condições naturais – estrutura geológica, relevo, hidrografia, clima e vegetação natural.” (Andrade, 1988, p. 6) Àquela época, tinha-se o Nordeste como:

“Esse Nordeste da terra gorda e de ar oleoso é o Nordeste da cana-de-açúcar. Das casas-grandes dos engenhos. Dos sobrados de azulejo. Dos mucambos de palha de coqueiro ou de coberta de capim-açu. O Nordeste da primeira fábrica brasileira de açúcar – de que não se sabe o nome – e talvez da primeira casa de pedra e cal, da primeira igreja no Brasil, da primeira mulher portuguesa criando menino e fazendo doce em terra americana; do Palmares de Zumbi – uma república inteira de mucambos. O Nordeste que vai do Recôncavo ao Maranhão, tendo o seu centro em Pernambuco.” (p. 46)

A construção da imagem do Nordeste, anteriormente chamada por Norte, vem, ao longo dos tempos, sendo construída, e sempre aliada, em torno das secas que assolam a região. O fato é que, o terreno mal compreendido do Nordeste, foi utilizado de diversas formas no período do “Nordeste da cana-de-açúcar”: A água foi elemento nobre na velha paisagem de engenho do Nordeste, onde a usina degradaria principalmente os rios. O engenho honrou a água; não se limitou a servir-se dela.” (Freyre, 1985, p. 63)

A memória coletiva desse período permanece enraizada na cultura e história do Nordeste, influenciando, inclusive, narrativas literárias, musicais e artísticas. A agricultura (monocultura), principal fonte de subsistência para muitas comunidades, foi devastada, levando a uma queda na produção de alimentos e produtos.

Outro exemplo é o do desenvolvimento industrial, que redefiniu a própria divisão do trabalho, teve estudos somente a partir de 1950, inclusive, ganhando uma notória atenção em seu desenvolvimento. Milhares de pessoas foram forçadas a abandonar suas terras em busca de sobrevivência, muitas vezes rumo às áreas urbanas ou outras regiões do Brasil. Essa migração em massa originou o “êxodo rural”, com consequências duradouras para a demografia e a dinâmica social do Nordeste.

Observa-se, portanto, que neste período, cada Estado tinha a sua forma de sobrevivência, sobretudo pela emergência e consolidação de outras formas de produção, como modo de sobrevivência.

De mais a mais, na linha do tempo, em 1909, no governo Nilo Peçanha, criou-se a Inspetoria de Obras contra as Secas (IFOCS). Em 1945, a Inspetoria transforma-se no Departamento Nacional de Obras contra a seca (DNOCS). De acordo com os dados apresentados pelo DNOCS, de “(...) 1906 a 1959 foram construídos 190 açudes públicos, 470 pequenos e médios açudes em cooperação com particulares, e perfurados 5 124 poços.” (p. Cohn, 1976, p. 58).

Apesar disso, a doutrina mais especializada explica que os valores gastos pelo DNOCS, apesar de serem tidos como investimentos, não significaram em absoluto a transformação do ciclo produtivo. “(...) não tiveram, sob nenhuma circunstância, o condão de transformar as condições da produção social do Nordeste algodoeiro-pecuário. Significaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação”. (Oliveira, p. 52, 1977)

Ainda mais, em 1948 são criados dois órgãos federais: a Comissão do Vale do São Francisco e a Companhia Hidrelétrica do São Francisco. A CHESF contou com uma experiência positiva, no sentido de demonstrar a possibilidade de aproveitamento racional dos recursos, de modo a proporcionar uma intervenção do Estado mais eficaz.

Nesse período, observa-se que a criação do Banco do Nordeste do Brasil representa uma ampliação do pensamento econômico do Nordeste, em uma visão diferenciada em como conceber os problemas da região e de que não era apenas a seca, mas a estrutura de produção da região.

Além disso, foi criada, por meio de lei, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), em 1959, sob a direção de Celso Furtado, em meio a uma ocorrência de seca.

A visão à época era que a SUDENE transformaria as relações entre o Centro-Sul com o Nordeste, implantando uma hegemonia nacional. O que não ocorreu, uma vez que a “ação planejada” do Estado não reproduzia-se, de modo a surgir a estagnação, que refletia-se por meio da submissão da burguesia industrial aos interesses da oligarquia algodoeira-pecuária, recriando formas de reprodução anticapitalistas. Muitas indústrias, com exclusiva finalidade de receber subsídios, foram instaladas sem os devidos estudos quanto à sua viabilidade e encerradas logo após.

Observa-se, portanto, que não houve um autêntico crescimento. O que se pode constatar com esse processo é que atividades econômicas tendem a se reunir em uma área central. As políticas públicas, que deveriam ser para o crescimento da região, tornaram-se, em verdade, movimentos de acumulação, concentração de rendas e centralização do capital, beneficiando, verdadeiramente, as oligarquias. É preciso planejar o desenvolvimento, levando em consideração os aspectos sociais e não apenas os econômicos, analisar as taxas de desemprego e subemprego, parcelamentos irregulares de terras para que não prevaleça as desigualdades territoriais entre centro e periferia.

3. CONTEXTO DO NORDESTE BRASILEIRO: ABORDAGENS HORIZONTAIS, TECNOLÓGICAS E SOCIAIS PARA O DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO

Já dizia Euclides da Cunha, em Os Sertões, que “O Nordestino é, antes de tudo, um forte”. A urbanização tem, a cada dia, demonstrado fluidez e redimensionamento dos fatores locacionais clássicos. Santos (2004) explica que o processo de urbanização do território, nas últimas décadas, tem evoluído, acompanhadas pela “(...) reestruturação da economia do crescimento do número e tamanho das cidades e pelo representativo aumento dos papeis urbanos na divisão territorial do trabalho” (Santos, 2005).

“É no semiárido que a vida pulsa, é no semiárido que o povo resiste” (Gomes, 2020). O que se percebe é a reinvenção do Nordeste, a partir do incentivo aos agricultores rurais a praticar a sustentabilidade agrícola. O livro “Abordagens tecnológicas e sociais no Nordeste brasileiro” demonstra diversas abordagens que tem como finalidade o desenvolvimento regional na prática, a exemplo do reuso da água para recuperação de solo degradado em região semiárida; o reuso do esgoto doméstico tratado no cultivo de espécie florestal; secagem solar de produtos agrícolas; tecnologia social de tratamento de água para reuso agrícola e entre tantas outras possibilidades que o território nordestino traz.

Observa-se, portanto, que as iniciativas horizontais, ao fortalecerem a coesão social e a capacidade de resposta das comunidades locais, tornam as regiões mais resilientes às flutuações econômicas e aos impactos de eventos adversos, como desastres naturais e crises socioeconômicas. Isso ajuda a mitigar os efeitos negativos das dinâmicas externas na economia regional e a promover um desenvolvimento mais estável e sustentável ao longo do tempo.

3.1 RESILIÊNCIA ECONÔMICA E SOCIAL: UM CAMINHO PARA A GOVERNANÇA E PLANEJAMENTO REGIONAL

A melhor literatura revela que “a construção do problema a resolver se dá a partir da eleição de determinados princípios que orientam visões específicas sobre a realidade social” (Ribeiro e Cardoso, p. 53). A questão urbana emerge como uma transformação da questão social. A primeira, exsurge com a cidade mercantil, ou lugar central onde os produtos regionais eram voluntariamente comercializados, ou, a relação campo-cidade, a essência rural[[3]](#footnote-3).

A segunda transformação é marcada pela entrada da indústria na cidade e a entrada da produção no seio do espaço, do poder, levando com ela a classe trabalhadora, o proletariado. “O espaço urbanizado passa então a se constituir em função das demandas colocadas ao Estado tanto no sentido de atender à produção industrial quanto, e particularmente, às necessidades da reprodução coletiva da força de trabalho”. (Monte-Mór, 2006, p. 9)

Outro período que não pode ser esquecido é o das intervenções urbanas na Primeira República, que não necessariamente houve padrões de planejamento, mas influências exteriores, onde a finalidade era a de criar uma nova imagem da cidade, em conformidade com os modelos estéticos europeus, uma nova imagem da nação e das novas elites. “Ao produzir uma intervenção orientada por um projeto - e uma imagem - da modernidade calcada em modelos externos, este modelo traz, em si, uma aceitação tácita da exclusão”. (Ribeiro e Pechman, 2015, p. 59)

No período Vargas houve a promoção da casa própria, como forma de promover o apoio à família, um clima de patriotismo, uma “paz social pela preservação da família”. No entanto, apesar da concepção de mudança social, o antiurbanismo continua presente nos meios de elaboração das políticas públicas. “Além desse aspecto, a urbanização é vista como deletéria da nacionalidade” (Ribeiro e Pechman, 2015, p. 60). Refere-se, neste período, que o processo de urbanização passa a ser um dos elementos fundamentais da modernização e acionado como instrumento para a formulação de diagnósticos sobre problemas urbanos.

Nos dias de hoje, ou reforma urbana modernizadora, a manifestação material e socioespacial da sociedade urbano-industrial estendida, virtualmente, por todo o espaço social. “Marcada pela presença do capital exportador e/ou concentração de comércio e serviços centrais de apoio às atividades produtivas rurais em centro de produção industrial” (Monte-Mór, 2006, p. 11)

O planejamento regional e urbano no Nordeste passou por diversas fases ao longo do tempo, refletindo as transformações sociais, econômicas e políticas do país. Este campo busca ordenar o crescimento e o desenvolvimento das áreas urbanas e regionais, considerando aspectos como infraestrutura, uso do solo, habitação, transporte e meio ambiente

É nesse caminho que as iniciativas horizontais, ao fortalecerem a coesão social e a capacidade de resposta das comunidades locais, tornam as regiões mais resilientes às flutuações econômicas e aos impactos de eventos adversos, como desastres naturais e crises socioeconômicas. Isso ajuda a mitigar os efeitos negativos das dinâmicas externas na economia regional e a promover um desenvolvimento mais estável e sustentável ao longo do tempo.

As abordagens horizontais muitas vezes estimulam a inovação e a diversificação econômica, incentivando o surgimento de novas atividades produtivas e cadeias de valor locais. Isso pode impulsionar o crescimento econômico e reduzir a dependência de setores vulneráveis ​​ou extrativistas, contribuindo para a construção de uma base econômica mais sólida e dinâmica nas regiões do Nordeste brasileiro.

A promoção de abordagens horizontais está intimamente ligada à governança participativa e ao planejamento regional, que são essenciais para orientar o desenvolvimento socioeconômico de forma integrada e sustentável. Ao envolver ativamente as comunidades locais no processo de tomada de decisões, essas abordagens garantem que as políticas e os projetos estejam alinhados com as necessidades e prioridades das populações locais, contribuindo para uma gestão mais eficaz dos recursos e uma alocação mais equitativa dos benefícios do desenvolvimento.

Portanto, o desenvolvimento socioambiental no Nordeste brasileiro, com foco nas abordagens horizontais, não apenas complementa, mas também enriquece a compreensão das dinâmicas socioeconômicas regionais, oferecendo insights valiosos sobre como promover um desenvolvimento mais inclusivo, resiliente e sustentável nas regiões do Nordeste brasileiro.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisa o papel das abordagens horizontais no contexto do desenvolvimento socioambiental no Nordeste brasileiro, destacando sua importância como estratégia para enfrentar os desafios regionais. A região enfrenta desigualdades socioeconômicas persistentes, vulnerabilidade ambiental e limitado acesso a serviços básicos. Abordagens horizontais, caracterizadas pela inclusão, participação e empoderamento das comunidades locais, emergem como uma alternativa eficaz às estruturas de poder verticais tradicionais.

A região Nordeste, com suas dinâmicas socioeconômicas complexas e diversas, requer soluções que sejam adaptadas às suas necessidades e que valorizem o conhecimento e a participação das comunidades locais. Como exposto neste estudo, para a participação do coletivo, é preciso empoderar as comunidades nas decisões, envolvendo-as, fortalecendo a autonomia local, reduzindo a dependência de intervenções externas.

Apesar dos desafios e limitações, como resistência institucional e necessidade de capacitação, argumenta-se que políticas públicas que incentivem e fortaleçam as abordagens horizontais são essenciais para alcançar um desenvolvimento socioambiental sustentável na região.

Uma das principais constatações deste estudo é a significativa contribuição das abordagens horizontais para a promoção da inclusão social, o fortalecimento da coesão comunitária e a preservação dos recursos naturais na região do Nordeste brasileiro. Exemplos de cooperativas agrícolas, organizações comunitárias e redes de solidariedade demonstraram como a participação ativa das comunidades locais pode gerar resultados positivos em termos de desenvolvimento socioeconômico e sustentabilidade ambiental.

Observa-se, portanto, que as abordagens horizontais promovem a colaboração entre diferentes setores, como educação, saúde, agricultura, meio ambiente e economia. Projetos que integram, por exemplo, agricultura sustentável com educação ambiental e geração de renda tendem a ser mais eficazes e sustentáveis a longo prazo.

Fica claro, portanto, que a promoção do desenvolvimento socioambiental no Nordeste brasileiro requer um compromisso renovado com a implementação de abordagens horizontais, bem como ações concretas para enfrentar os desafios identificados. Isso inclui o fortalecimento do apoio institucional e financeiro às iniciativas comunitárias, o investimento em capacitação e desenvolvimento de habilidades locais, e o estabelecimento de parcerias efetivas entre governos, sociedade civil e setor privado.

**Referências**

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de; LOGATTO, Rosângela. Imagens da Seca de 1877-78 – **Uma contribuição para o conhecimento do fotojornalismo na imprensa brasileira**. Anais da Biblioteca Nacional, vol 114, de 1994, p. 71-83.

CARVALHO, Garbênio. TORRES, Maria Betânia. **Horizontalidades e resistência: perspectivas para a construção cidadã das comunidades rurais da Chapada do Apodi – RN**. Disponível em: <https://revistaideas.ufrrj.br/ojs/index.php/ideas/article/view/137>. Acesso em 14 de fevereiro de 2024.

FREYRE, Gilberto**. Nordeste**. 5 ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Recife: FUNDARPE, 1985.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Disponível em: https://www.mprj.mp.br/documents/20184/172155/movimentos\_sociais\_na\_contemporaneidade.pdf. Acesso em 14 de agosto de 2024

GOMES, Isaac Araújo. **Abordagens tecnológicos e sociais no Nordeste brasileiro**. Bananeiras: Gepra Editora e Eventos Científicos, 2020

MÉNDEZ, Ricardo. **Innovación y desarollo territorial: algunos debates teóricos recientes**. Santiago de Chile: Revista EURE, v. 28, n. 84, 2002

MONTE-MÓR, Roberto Luís. **O que é o urbano, no mundo contemporâneo**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.111, jul./dez. 2006 9 p.09-18

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**. São Paulo: Paz e Terra, 1977.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. PECHMAN, Robert. **Cidade, povo e nação [recurso eletrônico]: gênese do urbanismo moderno**. 2. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital. Observatório das Metrópoles: INCT, 2015

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2015.

\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_. A urbanização brasileira. 5, ed. EDUSP: São Paulo, 2005 [1993].

SANTOS, Milton; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001

SAUER, S. **Agricultura familiar *versus* agronegócio: a dinâmica sociopolítica do campo brasileiro**. Embrapa Informações e Tecnologia. Brasília – DF, 2008. Disponível em: https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/123017/agricultura-familiar-versus-agronegocio-a-dinamica-sociopolitica-do-campo-brasileiro

1. Mestranda no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional, pela Universidade Estadual da Paraíba, Brasil. E-mail: najilabezerra.adv@gmail.com. Este trabalho não recebeu algum tipo de financiamento. [↑](#footnote-ref-1)
2. Professor Associado. Universidade Federal de Campina Grande - UFCG. Bolsista Produtividade CNPq 1D. E-mail: jose.irivaldo@professor.ufcg.edu.br. [↑](#footnote-ref-2)
3. Trata-se de um pensamento que projeta no campo as bases fundamentais para a constituição da nação: a Natureza e o homem. (Ribeiro e Pechman, p. 57) [↑](#footnote-ref-3)